

CORREIO BRAZILIENSE

*Na quarta parte nova os campos ará.
E se mais mundo houvera, lá chegara.
CAMÕES, e, VII e 14.*

Diretor-Geral
Paulo Cabral de Araújo

Diretor-Superintendente
Edilson Cid Varella

Diretor-Responsável
Ari Cunha

Editor-Geral
Ronaldo Martins Junqueira

Gerente-Geral
Alberto de Sá Filho

Gerente Financeiro
Evaristo de Oliveira

Gerente Técnico
Ari Lopes Cunha

Gerente Comercial
Maurício Dinepi

Convite à prudência

Com a decisão do atual governo de advertir o empresariado sobre realinhamentos exagerados de preços e de convocá-lo para o exercício de atitudes menos imprudentes, espera-se que o ritmo da progressão inflacionária perca velocidade. É visível a antecipação da inflação futura nos valores atuais de comercialização de bens e produtos essenciais. Vai-se no rumo de verdadeiro turbilhão, onde fatores exógenos, estranhos à composição de custos nos estratos produtivos, juntam-se aos empuxes estruturais da inflação para levá-la a patamares cada vez mais altos e alucinantes.

Os agentes econômicos da iniciativa privada precisam entender que a hiperinflação será uma catástrofe para todos os protagonistas da vida nacional, do consumidor ao produtor, do assalariado ao capitalista. Apesar da gravidade da situação, há sinais animadores lançados para o balizamento do futuro imediato. O presidente eleito, Fernando Collor de Mello, há dias transpõe ao nível da opinião pública aspectos bastante alentadores de sua plataforma governamental, em pleno sazonamento.

Ainda agora, a assessoria do futuro presidente da República divulga o esboço de um rígido programa de redução da máquina administrativa, com o propósito de encolher aos limites da previsão orçamentária os gastos governamentais e, em conjugação com outras medidas, pôr abaixo a dimensão estratosférica do déficit público. Trata-se de

um esforço racional, com uma carga de obstinação exigida pelo tamanho da crise, para recolocar a economia nos trilhos da estabilidade.

A concentração em apenas 12 ministérios de todas as ações deferidas à competência do Executivo, inovação tornada viável pela criação de secretarias especiais no âmbito das pastas e da Presidência da República, concede ao plano de Collor não só eficácia operacional quanto objetividade no que diz respeito à eliminação de despesas. Outro aspecto relevante é que a iniciativa, da forma como está prevista, acabará com os paralelismos e superposições na atividade administrativa, cronicamente responsáveis pelo malbaratamento dos recursos públicos.

Porém, é indispensável que as secretarias a serem criadas, em substituição a estruturas ministeriais, não tenham a dimensão dos próprios ministérios cujas ações irão abarcar. Tal hipótese invalidaria por completo o esforço saneador em seu objetivo básico de conter os gastos perdulários do Estado.

Em relação aos últimos esforços do governo atual para conter a escalada da inflação, urge ao empresariado apoiá-los por meio de atitudes concretas, a fim de não lançar o País no caos e evitar que o futuro presidente da República seja obrigado a ir mais fundo em providências contencionistas. Afinal, o enfermo agonizante só tem alguma possibilidade de escapar através da medicina das sangrias.